

**PARECER N.º               /2017.**

**OBJETO: REQUERIMENTO Nº 615/2017**

**AUTOR: VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES**

### **Relatório**

Trata-se de Requerimento nº 615/2017, protocolado no dia 13 de fevereiro de 2017, às 15:00 horas, de autoria do Vereador Olímpio Antunes-PSC, com o objetivo de requerer licença das atividades parlamentares para tratamento de saúde do Vereador Tião do Rodo-PRP, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 13 de fevereiro do corrente ano, em virtude de se encontrar internado no HOME-Hospital Ortopédico e Medicina Especializada em Brasília-DF, fls. 02.

Atestado médico datado de 14/2/2017, assinado pelo Dr. Tiago Christovam Tavares Pereira, CRM 12128, atestando que o Senhor Sebastião Marques de Souza foi atendido no dia 13/2/2017, necessitando de 30 dias de afastamento do trabalho, CID I33, fls.04.

Foi anexado, ainda, atestado médico datado de 30/1/2017 e assinado pelo Dr. Antônio Aurélio de Paiva Fagundes Junior, CRM 15105, atestando que o Senhor Sebastião Marques de Souza encontra-se internado no Hospital Ortopédico e Medicina Especializada desde o dia 30/1/2017, CID I33, fls.05.

Este é o relatório.

### **Fundamentação**

Trata-se de requerimento de licença para tratamento de saúde por 30 (trinta) dias do nobre Vereador Tião do Rodo, a partir do dia 13/2/2017, conforme cópia do atestado médico anexado, em razão do CID I33.

Cabe esclarecer que o Vereador Tião do Rodo já se encontra afastado do exercício da vereança desde o dia 30/1/2017, em razão do CID I33, nos termos do atestado médico juntado às fls.05.

O Requerimento em questão é uma proposição de autoria do Vereador Olímpio Antunes-PSC, mas está amparada pelo que dispõe o §2º do artigo 57 do Regimento Interno da Câmara Municipal, já que outro vereador poderá encaminhar o pedido, no caso do estado de saúde do interessado não lhe permitir, assim vejamos:

Art. 57. O Vereador licenciado por motivo de saúde terá direito a receber o subsídio do cargo, com exceção de verbas indenizatórias, sendo que a diferença entre o subsídio e o auxílio-doença que o Vereador segurado estiver vinculado será suportada pelos cofres da Câmara Municipal.

(...)

**§ 2º Se o estado de saúde do interessado não lhe permitir encaminhar o requerimento de licença, outro Vereador o fará.**

Ademais, dentre outros direitos do vereador está o de solicitar licença, por tempo determinado, conforme prevê o inciso IX do artigo 45 do Regimento Interno:

**Art. 45. São direitos do Vereador, uma vez empossado, além de outros previstos neste Regimento:**

(...)

**IX - solicitar licença, por tempo determinado;**

Como é sabido, as licenças concedidas aos vereadores são afastamentos do mandato decorrentes de situações que lhes impossibilitam ou dificultam o exercício das funções parlamentares, conforme previsão normativa no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal.

E, a Lei Orgânica do Município prevê que cabe a Câmara Municipal privativamente conceder licença ao Vereador:

**Art. 62. Compete privativamente à Câmara Municipal:**

(...)

**XVIII - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;**

Sendo que a concessão da licença ao vereador para tratamento de saúde está prevista no artigo 56 do Regimento Interno, a saber:

**Art. 56. Será concedida licença ao Vereador para:**

**I - sem prejuízo de seu subsídio, para tratar de saúde, quando por motivo de doença comprovada, se encontrar impossibilitado de cumprir os deveres decorrentes do exercício do mandato, observando-se a legislação previdenciária em relação à referida remuneração;**

**II - sem prejuízo de seu subsídio, para desempenhar missão temporária, de caráter representativo, mediante participação em curso, congresso, conferência ou reunião considerada de interesse parlamentar; e**

**III - com prejuízo de seu subsídio, para tratar de interesse particular.**

§ 1º As licenças previstas nos incisos I e II do artigo 56 só poderão ser concedidas à vista de requerimento fundamentado, cabendo à Mesa dar o parecer no prazo de 24 horas, para, dentro de setenta e duas horas, ser o pedido encaminhado à deliberação da Câmara por maioria simples de votos.

§ 2º Apresentado o requerimento e não havendo número para deliberar durante duas reuniões ordinárias consecutivas será ele despachado pelo Presidente, conforme a conclusão do parecer da Mesa e ad referendum do Plenário.

§ 3º O Vereador que se licenciar, com assunção de suplente, não poderá reassumir o mandato antes de findo o prazo, superior a cento e vinte dias por Sessão Legislativa Ordinária, da licença.

§ 4º A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) nem superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

### **Conclusão**

Em face do exposto, opina-se pelo deferimento da licença médica por trinta dias, a partir do dia 13 de fevereiro de 2017, ao Vereador Tião do Rodo.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 16 de fevereiro de 2017.

**VEREADOR ALINO COELHO**

**Presidente**

**VEREADORA ANDRÉA MACHADO**

**Vice-Presidenta**

**VEREADOR VALDIR PORTO**

**Primeiro Secretário**

**VEREADOR PROFESSOR DIEGO**

**Segundo Secretário**